



SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **JG DUDA, SALES & ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.047.270/0001-74, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Edital, ao alegar que:

- i.) O item 19.3 e 14.4.1 do Edital exige comprovação de capacidade técnico-operacional mediante atestados relacionados diretamente ao fornecimento e operação de parquímetros multivagas e multisserviço. No entanto, a exigência não se justifica como requisito obrigatório para qualificação técnica, dado o caráter simplificado e comercial do



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

fornecimento de parquímetros, que é uma atividade meramente comercial, de baixa complexidade técnica;

ii.) As soluções tecnológicas mais modernas atendem plenamente às necessidades de gestão de estacionamento rotativo, com vantagens significativas em relação aos obsoletos parquímetros tradicionais, e não deveriam ser desconsideradas no processo licitatório;

iii.) A exigência de comprovação de experiência prévia com parquímetros multivagas e multisserviço deve ser excluída, ou, alternativamente, que seja admitida a comprovação de experiência prévia com soluções tecnológicas equivalentes ou superiores.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

III. DAS CONSIDERAÇÕES PÓS DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Nada obstante, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem **23.11** do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, o processo foi encaminhado para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Diante do exposto pela Secretaria solicitante em sua nota técnica anexada a ao presente processo, esta mantém as exigências como medidas necessárias para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

IV. DA DECISÃO

Isto posto, estando a presente decisão fundamentada integralmente no parecer técnico emitido pelo setor competente, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **JG DUDA, SALES & ADVOGADOS**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, subsidiado pela manifestação da secretaria requisitante as fls. 14 a 20 do processo administrativo nº 17.838/2025.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 23 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
M O B I L I D A D E E
U R B A N I S M O



NOTA TÉCNICA

Assunto: Esclarecimento técnico sobre a natureza das atividades relacionadas ao serviço de gestão do estacionamento rotativo - Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

Origem: Secretaria de Mobilidade e Urbanismo

Interessado: Comissão de Licitação / Pregoeiro Municipal

Esta Nota Técnica tem por finalidade esclarecer os aspectos técnicos que envolvem a contratação dos serviços de mobilidade urbana, com foco na implantação, operação e manutenção de sistema de gestão de estacionamento rotativo pago em vias públicas, objeto do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, notadamente no que diz respeito à necessidade de registro profissional da empresa contratada junto ao CREA/CAU.

O Edital em referência prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana por meio de uma plataforma integrada de gestão do estacionamento rotativo, que compreende, entre outros elementos:

- Instalação, operação e manutenção de parquímetros multivaga e multisserviço;
- Implantação de terminais de autoatendimento;
- Execução de fiscalização embarcada veicular com câmeras e leitura de placas;
- Fornecimento de softwares de controle e fiscalização;
- Instalação e integração de equipamentos de suporte em área pública;
- Infraestrutura para rede de comunicação e energia associada aos sistemas implantados.

Embora a solução licitada envolva componentes tecnológicos e digitais, a execução prática do serviço exige a realização de atividades técnicas diretamente vinculadas à engenharia, especialmente nas áreas de engenharia elétrica, engenharia de telecomunicações, engenharia de computação, engenharia civil e engenharia de transportes.



Dentre essas atividades, destacam-se:

1. Elaboração de projeto técnico executivo de instalação dos equipamentos nas vias públicas, respeitando normas de acessibilidade, sinalização viária e segurança operacional;
2. Execução de infraestrutura elétrica e lógica para interligação dos dispositivos (parquímetros, sensores, câmeras, etc.);
3. Fixação e ancoragem de equipamentos ao solo urbano, com possível intervenção em calçadas, postes ou mobiliário público;
4. Intervenções em pavimentação ou mobiliário urbano, inclusive com utilização de ferramentas e métodos técnicos próprios da engenharia civil;
5. Monitoramento técnico da operação por meio de sistemas integrados, exigindo atuação de profissionais capacitados na engenharia de computação ou automação.

A execução segura, eficiente e tecnicamente adequada desses serviços pressupõe a atuação de profissional legalmente habilitado e a vinculação da empresa ao conselho profissional competente, nos termos da Lei Federal nº 5.194/1966 e das resoluções do CONFEA/CREA.

A Secretaria de Mobilidade e Urbanismo entende que a prestação dos serviços previstos no edital em apreço não pode ser realizada de maneira regular sem a interveniência de atividade técnica de engenharia. Portanto, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 59 da Lei nº 5.194/1966, é plenamente justificada a exigência de que a empresa contratada esteja regularmente registrada no CREA ou CAU, conforme o caso.

Tal exigência não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na



execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.

A exigência de **comprovação de experiência técnica-operacional** prevista no Edital encontra amparo no art. 67, §1º da Lei 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir dos licitantes demonstração de capacidade para execução do objeto.

Conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, a operação do Estacionamento Rotativo do Município de Nova Friburgo abrange **3.384 vagas**, distribuídas em áreas de alta demanda, com tecnologia embarcada de fiscalização e integração com plataformas digitais. Tal complexidade **exige experiência comprovada** em sistemas de grande porte, para garantir o interesse público e a segurança jurídica do Município.

A **definição das parcelas de maior relevância** está claramente justificada nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência, atendendo ao disposto no art. 18, IX da Lei 14.133/2021. Ressalta-se que a Administração realizou **pesquisa de mercado prévia**, confirmando que existem **diversas empresas aptas a atender os requisitos do edital**, o que **não caracteriza restrição indevida à competitividade**.

Ademais, a jurisprudência do TCU e a doutrina majoritária, como leciona Marçal Justen Filho, reconhecem o **poder discricionário da Administração** para definir os parâmetros técnicos do objeto, desde que justificados, o que foi plenamente observado neste caso.

A Lei alude a parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo. Não se trata de requisitos cumulativos, mas é mais evidente a configuração da hipótese quando tal cumulação ocorre. Quando não ocorrer, caberá à Administração justificar a razão da escolha, apontando motivos de ordem técnica que conduzem à necessidade da escolha realizada.



Cabe também a citação da **Súmula Nº 13 de 7 de fevereiro de 2023 do TCE/RJ**:

“Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada.”

Bem como a **SÚMULA TCU 263**:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Mais especificamente sobre os pontos abordados em sede de impugnação, cumpre realizar os seguintes apontamentos a fim de complementar o já dito acima:

I. DA DESNECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE ATESTADOS ESPECÍFICOS PARA FORNECIMENTO DE PARQUÍMETROS

Entende a impugnante que o parquímetro, independente do modelo ou característica, é “simplificado e comercial”, “de baixa complexidade técnica”, e que a “a instalação e operação destes equipamentos não demanda conhecimentos técnicos avançados ou específicos”, razão pela qual não caberia a exigência de atestação para esses equipamentos.

Alega, ainda, que “sistemas digitais avançados” comporiam soluções “tecnológicas mais modernas e eficientes para a gestão de estacionamento rotativo”. Em suma, em uma operação dita avançada de estacionamento rotativo, os parquímetros seriam peça do passado e não justificariam a exigência de atestação.

Combate os argumentos apresentando a tese de que a grande maioria das cidades norte-americanas e europeias, para ficar apenas nestes dois continentes, operam seus sistemas de estacionamento com parquímetros, em conjunto com aplicativos digitais.



Entendemos que aplicativos digitais configuraram uma grande novidade no mercado de estacionamento público há pelo menos 15 anos, quando entraram no mercado, mas que sua tecnologia não foi suficiente para suplantareliminar a comodidade, amplo alcance de meios de pagamento (moedas inclusive), e presença física de um equipamento de controle de estacionamento (dito parquímetro) enquanto peça fundamental e central de uma operação de estacionamento.

Com efeito, percebe-se que retirá-lo de uma operação equivale a restringir as opções de acesso e uso ao estacionamento público, limitando por óbvio ao usuário a sua opção apenas ao uso de um aplicativo digital, com todos os problemas decorrentes de seu uso, relacionados à infraestrutura telefônica, cobertura de área, dentre outras.

Talvez residam nestes breves argumentos as razões que mantêm o parquímetro como elemento central de um sistema de estacionamento. Talvez seja por esse motivo que o equipamento vem se sofisticando, integrando-se a serviços adicionais. E talvez por isso possamos afirmar com mais propriedade que a complexidade de uma operação de estacionamento rotativo não se avalia pelo simples cotejo de atributos técnicos - juízo que varia conforme o observador - mas sim pelo grau de completude do sistema: seja ele robusto, com adoção de toda a tecnologia disponível (como no modelo de Nova Friburgo), ou simplificado, com uso restrito a aplicativos digitais, como insinua a impugnante ao questionar a adoção dos parquímetros.

Considerando a integração imprescindível entre sistemas, equipamentos e softwares, bem como a operação em tempo real - sem olvidar que os parquímetros realizam pagamentos diversificados, inclusive em moedas físicas (o que afasta eventual alegação de ausência de meio de pagamento conveniente ao usuário) - reconhece esta gestão a complexidade inerente a cada componente tecnológico exigido. Assim, como admite o próprio impugnante, “a exigência de atestação é justificável quanto ao objeto contratual em si”.

Ademais, diante do histórico consolidado de operações com parquímetros no Brasil, não há que se falar em restrição ao caráter competitivo do certame. Tampouco se pode questionar a adoção de modelos multisserviço, ante a ampla



variedade de fabricantes desse equipamento e sua comprovada eficiência em cidades como São José/SC e Araras/SP.

II. SUPERIORIDADE TECNOLÓGICA, MAIOR COMPLEXIDADE E ABRANGÊNCIA DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Refuta-se a tese de que os parquímetros tradicionais, incluindo os modelos multivaga e multisserviço, estejam sendo gradualmente suplantados por soluções digitais mais modernas, eficientes e econômicas. A prática demonstra, antes, que os municípios escolhem entre sistemas de estacionamento rotativo público com diferentes graus de abrangência tecnológica, completos ou simplificados, conforme suas necessidades.

Em ambas as opções, contudo, persiste elevado grau de complexidade em razão do desafio inerente à integração dos diversos componentes tecnológicos.

II. DEVER DE MAXIMIZAR A COMPETITIVIDADE

A impugnante, reconhecendo porventura a fraqueza de seus argumentos, admite que “ainda que o contrato se mantenha prevendo parquímetros, empresas capacitadas em tecnologias mais atualizadas não devem ser descartadas, por reserva de mercado em favor daquelas que se mantiveram fiéis a tecnologias obsoletas”.

Por óbvio, não fica de pé o argumento da obsolescência, nem sequer de seu uso em declínio, o que desmonta a argumentação de que empresas que optam por operar sistemas de estacionamento rotativo público mais simples e que demandam menos investimento, seriam excluídas injustificadamente. Não, excluem-se de um modelo de licitação onde o grau de exigência no tocante ao uso de tecnologia é mais amplo.

À luz das competências técnicas exigidas para a prestação do serviço e da legislação aplicável, esta Secretaria manifesta-se pela manutenção da exigência constante dos itens do edital.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
M O B I L I D A D E E
U R B A N I S M O



Nova Friburgo, 22 de maio de 2025.

LUIZ FILIPE IAGGI LAGINESTRA

Secretário de Mobilidade e Urbanismo

Mat.: 63.785



SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal de Mobilidade e Urbanismo

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa JG DUDA, SALES & ADVOGADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.47.270/0001-74, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **tempestivamente**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Edital, ao alegar que:

- i.) O item 19.3 e 14.4.1 do Edital exige comprovação de capacidade técnico-operacional mediante atestados relacionados diretamente ao fornecimento e operação de parquímetros multivagas e multisserviço. No entanto, a exigência não se justifica como requisito obrigatório para qualificação técnica, dado o caráter simplificado e comercial do



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

fornecimento de parquímetros, que é uma atividade meramente comercial, de baixa complexidade técnica;

ii.) As soluções tecnológicas mais modernas atendem plenamente às necessidades de gestão de estacionamento rotativo, com vantagens significativas em relação aos obsoletos parquímetros tradicionais, e não deveriam ser desconsideradas no processo licitatório;

iii.) A exigência de comprovação de experiência prévia com parquímetros multivagas e multisserviço deve ser excluída, ou, alternativamente, que seja admitida a comprovação de experiência prévia com soluções tecnológicas equivalentes ou superiores.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

III. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 23.11 do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Recomenda-se que o setor técnico avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Ato contínuo, considerando que o teor da Impugnação aborda também questões jurídicas atinentes à eventuais alterações editalícias, encaminhe-se o presente processo à Procuradoria-Geral do Município, para ciência e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos.

Por fim, informamos que a realização do Pregão Eletrônico em pauta está agendada para o dia 26 de maio de 2025. Portanto, solicitamos urgência na análise do presente procedimento e retorno do feito para o regular prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 21 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934

ILUSTRÍSSIMO SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO DESIGNADO PELO MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.829/2023

JG DUDA, SALES & ADVOGADOS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.47.270/0001-74, com sede à Avenida Cândido de Abreu, 526, cjs. 911 e 912, Torre B, Curitiba - PR, CEP 80.530-000, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, em vista das razões adiante expostas.

I. DA DESNECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE ATESTADOS ESPECÍFICOS PARA FORNECIMENTO DE PARQUÍMETROS

O edital em análise prevê exigência específica, em seu item 19.3 e item 19.4.1, de comprovação de capacidade técnico-operacional mediante atestados relacionados diretamente ao **fornecimento e operação** de parquímetros multivagas e multisserviço. Tal exigência, embora eventualmente justificável quanto ao objeto contratual em si, não se justifica como requisito obrigatório para qualificação técnica, dado o caráter **simplificado e comercial** do fornecimento de parquímetros.

Cabe destacar que o fornecimento de parquímetros, sejam eles multivagas ou multisserviço, é uma atividade meramente comercial, de baixa complexidade técnica, dada a ampla disponibilidade no mercado de diversos modelos compatíveis. A instalação e operação destes equipamentos não demanda conhecimentos técnicos avançados ou específicos, ao contrário das demais parcelas de maior relevância técnica constantes no edital, tais como:

1. Implantação e operação de sistemas digitais integrados de gestão.

2. Desenvolvimento e manutenção de aplicativos móveis para usuários.
3. Implementação de portais "web" para gestão e operação.
4. Fiscalização embarcada com câmeras OCR e leitura automatizada de placas.
5. Desenvolvimento e implantação de software específico de fiscalização manual.
6. Desenvolvimento, implantação e manutenção de software integrador da gestão operacional.

Essas, sim, são exemplos de experiências que denotam “capacidade operacional”.

Ressalta-se que essas exigências mencionadas no edital (item 2 do edital e Termo de Referência – Anexo I), são plenamente justificáveis e louváveis, dado o elevado grau de complexidade técnica, tecnológica e operacional que efetivamente asseguram a qualidade e eficiência na execução contratual. Apenas a exigência específica de parquímetros é que traz restrição sem denotar real qualificação indispensável.

Ao estabelecer a exigência específica sobre parquímetros, o edital incorre em erro metodológico, considerando como parcela de alta relevância um item disponível no mercado comum, cuja complexidade técnica é inferior às demais parcelas previstas no mesmo edital.

De fato, parcelas como a integração de sistemas digitais avançados para a gestão de estacionamento, fiscalização embarcada com leitura automatizada de placas, desenvolvimento e manutenção de aplicativos móveis e de portais "web", bem como a implementação de plataformas tecnológicas integradoras, exigem um nível muito mais elevado de especialização e experiência técnica. Essas atividades envolvem engenharia especializada, desenvolvimento de software avançado, manutenção contínua de plataformas tecnológicas e gestão integrada de dados, demonstrando claramente maior complexidade operacional e técnica.

Nesse contexto, é inadequado e desnecessário impor às licitantes comprovação específica de experiência em fornecimento e operação de parquímetros físicos, dada a simplicidade técnica deste componente comparativamente às demais atividades. O simples fornecimento dos equipamentos não demanda qualquer expertise técnica adicional relevante, além daquela comum ao mercado comercial.

Tal exigência restringe injustificadamente a competitividade do certame, uma vez que limita a participação apenas às empresas que já operaram sistemas com essa tecnologia específica, desconsiderando outras soluções tecnológicas mais modernas e eficientes para a gestão de estacionamento rotativo.

Portanto, a comprovação da capacidade técnica das licitantes deve estar vinculada às parcelas verdadeiramente complexas e essenciais para o sucesso da execução contratual. Exigir experiência específica com parquímetros físicos restringe injustificadamente a competitividade, sem contribuir para garantir a qualidade e eficiência na execução contratual. A aptidão das licitantes deve ser avaliada com base em experiências anteriores com atividades de complexidade tecnológica equivalente ou superior, claramente presentes em outras parcelas do objeto do edital.

Nesse sentido, a exclusão da exigência específica de experiência com parquímetros físicos não prejudica a segurança técnica e operacional da contratação; ao contrário, amplia o caráter competitivo do certame, permitindo a participação de empresas plenamente capacitadas para implementar soluções tecnológicas integradas, mais complexas e relevantes para o êxito da contratação.

II. SUPERIORIDADE TECNOLÓGICA, MAIOR COMPLEXIDADE E ABRANGÊNCIA DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Os parquímetros tradicionais, mesmo os do tipo multivaga e multisserviço, representam uma tecnologia que vem sendo gradualmente substituída por soluções

digitais mais modernas, eficientes e econômicas – e estas devem ser objeto de habilitação técnica.

Atualmente, existem diversas soluções tecnológicas mais modernas para a mesma finalidade: gestão de estacionamento rotativo, como aplicativos para smartphones, sistemas de fiscalização embarcada com câmeras OCR, portais web e terminais de autoatendimento, que dispensam a necessidade de parquímetros físicos nas vias públicas. Essas experiências devem ser aceitas, sem se especificar o uso de parquímetros em si.

Essas soluções denotam maior capacidade operacional, pelas seguintes características:

- Menor custo de implantação e manutenção;
- Maior facilidade de uso para os usuários;
- Maior eficiência na fiscalização;
- Menor impacto visual e ocupação do espaço público;
- Maior flexibilidade para atualizações e adaptações;
- Maior segurança para os usuários, que não precisam se deslocar até um parquímetro físico;
- Possibilidade de integração com outros sistemas de mobilidade urbana;
- Maior sustentabilidade ambiental, com redução do uso de papel e outros recursos.

Some-se que, para um contrato de longo prazo, a pertinência de já ter implementado e operado parquímetros no passado só irá declinar.

Essas soluções tecnológicas modernas atendem plenamente às necessidades de gestão de estacionamento rotativo, com vantagens significativas em relação aos parquímetros tradicionais, e não deveriam ser desconsideradas no processo licitatório.

III. DEVER DE MAXIMIZAR A COMPETITIVIDADE

Ainda que o contrato se mantenha prevendo parquímetros, empresas capacitadas em tecnologias mais atualizadas não devem ser descartadas, por reserva de mercado em favor daquelas que se mantiveram fieis a tecnologias obsoletas.

A limitação da prova de experiência com atestados que comprovam experiência similares ou superiores não se alinha com os princípios que norteiam o processo licitatório (art. 5º, da Lei 14.133/2021).

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.

A competitividade é um dos pilares do processo licitatório, visando assegurar a participação do maior número possível de interessados qualificados. Ao limitar a comprovação de experiência a uma técnica específica, o edital reduz artificialmente o número de potenciais licitantes, o que pode resultar em menor concorrência e, conseqüentemente, em prejuízo à administração pública. A exigência, portanto, contraria o interesse público de obter a melhor proposta técnica e econômica.

O princípio da isonomia também assegura que todos os licitantes sejam tratados de forma igualitária, sem restrições injustificadas que privilegiem ou prejudiquem indevidamente determinados participantes.

A Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis não preveem a restrição de metodologias para comprovação de experiência técnica, desde que estas demonstrem capacidade e complexidade equivalentes. Assim, a exigência configura-se como um requisito arbitrário, incompatível com o princípio da legalidade.

Com especial reforço, lembre-se que a prova da capacidade técnica, operacional e profissional, pode ser feita com a experiência na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Lei 14.133/2021, Art. 67, II: *“certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei”*

A norma não restringe a comprovação a uma técnica ou metodologia específica, mas sim valoriza a **equivalência** e a **superioridade** em termos de complexidade. A complexidade tecnológica e operacional de um serviço deve ser avaliada com base em critérios objetivos, tais como o planejamento, a execução, o controle de qualidade, tecnologia e a gestão de recursos, e **não apenas no material ou equipamento utilizado.**

“A validade da disciplina aplicada no caso concreto quanto aos requisitos de habilitação técnica depende da observância da proporcionalidade.

Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, inc. XXI), somente poderão ser impostas exigências necessárias a proporcionar um mínimo de segurança à Administração Pública.

As características e peculiaridades da prestação a ser executada se constituem em critério para o estabelecimento dos requisitos de habilitação técnica. Todos aqueles que se revelem como não adequados ou excessivos são inválidos.

Somente é válido o requisito de habilitação quando for viável estimar que a ausência de seu preenchimento autoriza a previsão da incapacidade de o sujeito executar satisfatoriamente o objeto lícito”.

(...) É vedado consagrar requisito de habilitação técnica que demande conhecimento, experiência ou qualquer outro atributo que ultrapasse o mínimo necessário à aptidão para desempenho da prestação objeto da contratação.

É inválido o requisito de habilitação técnica que impedir a participação do sujeito na licitação, em casos em que ele dispuser dos atributos necessários para executar o objeto da contratação. Mais precisamente, é inválido exigir que o sujeito preencha exigências mais severas e amplas do que as minimamente necessárias para o desempenho satisfatório. A não observância dessa orientação implica restrição à competitividade e pode ser um meio

*de favorecimento ilícito a determinado sujeito". (Marçal Justen Filho. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas** - Ed. 2021. Art. 67. Page RL-1.18)*

Esse entendimento está, inclusive, alinhado com a reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 1.097/2007 – Plenário, que determinou a anulação de certame no qual se exigia comprovação técnica baseada na utilização de tecnologia específica (categoria de cabeamento estruturado), cuja diferenciação não guardava relação com efetiva complexidade operacional, nem se justificava como elemento capaz de assegurar a plena execução do objeto. Assim como naquele caso, a exigência aqui questionada – de fornecimento específico de parquímetros multivagas e multisserviço – representa requisito desproporcional e dissociado das reais necessidades técnicas do contrato, contrariando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e competitividade que regem o processo licitatório.

*Verifico que a exigência de requisitos excessivos para habilitação, contida no edital do referido pregão, é absolutamente restritiva, atentando contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, insculpidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, **caput** e § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, o que conduz à anulação do processo licitatório. De fato, o setor de informática sofre constantes atualizações e inovações. Todavia, a COGRL/MF não conseguiu demonstrar diferença entre a instalação de cabos tipo "5e" e de tipo "6". Assim, as exigências de disponibilização por parte da contratada de três técnicos treinados e certificados pelo fabricante do sistema de cabeamento, para a instalação e o suporte da instalação objeto do certame, e de atestados de, no mínimo, dois mil pontos na categoria de cabos do tipo "6", são totalmente desarrazoadas, restringindo indevidamente a competitividade do processo licitatório. (TCU, Acórdão nº 1.097/2007 – Plenário).*

Mais especificamente para a vedação de execução de objeto idêntico, no caso, uma técnica de execução desse serviço:

"Em primeiro lugar, não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.

O sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado.

Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto lícito pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos.

*Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele lícito – a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto”. (Marçal Justen Filho. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas** - Ed. 2021. Art. 67. Page RL-1.18).*

E na Jurisprudência do TCU, ainda vigente, vez que a Lei 14.133/2021 não inovou quanto ao espírito da finalidade de comprovação da qualificação técnica:

“1. Em regra, a fim de não restringir o caráter competitivo do certame, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional de licitante devem se limitar a aspectos indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações pelo futuro contratado, mediante justificativas tecnicamente fundamentadas.” (Acórdão 925/2019, Plenário, rel. Min. Ana Arraes).

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto lícito”. (Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho).

A ausência de motivação técnica para a exigência obsoleta de parquímetro configura, portanto, um vício de legalidade, violando não apenas o art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, mas também os princípios da **motivação** e da **transparência** que regem a administração pública.

“A inexistência dessa motivação circunstanciada se constitui, por si só, em vício insanável, que acarreta a invalidade da decisão administrativa e do edital. Ressalte-se sempre que o regime de invalidação da licitação e da contratação administrativa previsto no art. 147 da Lei 14.133/2021 é refratário ao desfazimento de situações jurídicas consolidadas.

*A existência da motivação circunstanciada acarreta a aplicação da teoria dos motivos determinantes. Independentemente da titularidade de competência discricionária, a decisão concreta quanto aos requisitos de habilitação técnica comporta controle relativamente aos motivos contemplados na sua fundamentação". Isso envolve a efetiva existência dos fatos invocados, a satisfatoriedade das análises desenvolvidas e a compatibilidade entre a decisão adotada e os motivos invocados". (Marçal Justen Filho. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas** - Ed. 2021. Art. 67. Page RL-1.18).*

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e processamento da presente impugnação, por ser tempestiva e preencher os requisitos legais;
2. No mérito, que seja julgada procedente a presente impugnação, para que sejam alterados os itens 19.3 e 19.4.1 do Edital, excluindo-se a exigência de comprovação de experiência prévia com parquímetros multivagas e multisserviço, ou, alternativamente, que seja admitida a comprovação de experiência prévia com soluções tecnológicas equivalentes ou superiores para a gestão de estacionamento rotativo;

Curitiba, 21 de maio de 2025.

JG DUDA, SALES & ADVOGADOS

João Guilherme Duda



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

017838/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: bc206a37-c32b-4731-816c-439dd0171ff0

AUTUADO EM	Quarta-feira, 21 de Maio de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
JG DUDA, SALES & ADVOGADOS	

RESUMO

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PE 90.041/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22.829/2023
EMPRESA IMPUGNANTE: JG DUDA, SALES & ADVOGADOS
CNPJ: 11.047.270/0001-74

DATA:21/05/2025

